



Fim da prescrição para crime de estupro está na pauta da semana

Jonas Pereira/Agência Senado — 9/5/2017



Relatora, Simone Tebet apoiou a proposta de Jorge Viana, que vai para o segundo e último turno de votação no Senado

Proposta deve ser votada em 2º turno pelo Plenário, que pode analisar também o Simples Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para municípios

O Senado deve concluir nesta semana a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna o estupro crime imprescritível e inafiançável. A PEC, de Jorge Viana, foi aprovada no Plenário em primeiro turno no mês passado e está pronta para ser votada em segundo turno.

Hoje o tempo de prescrição do crime de estupro é de até 20 anos. Com a aprovação da emenda constitucional, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotará com o passar do tempo e o criminoso não

poderá ser libertado mediante fiança para aguardar o julgamento em liberdade.

Outra proposta de emenda à Constituição na ordem do dia do Plenário cria o Simples Municipal, que institui tratamento jurídico especial e flexibiliza as normas de prestação de contas para os pequenos municípios. A pauta tem também a PEC que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essas duas propostas ainda precisam ser votadas em primeiro turno. **3**

Parecer sobre reforma trabalhista será lido amanhã

Depois de ter sido aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto da reforma trabalhista começa nesta semana uma nova etapa de análise no Senado. Amanhã o relatório de Ricardo Ferraço será lido na Comissão de Assuntos Sociais.

Não há consenso sobre muitas das alterações e alguns senadores já apresentaram voto em separado

rejeitando itens da proposta do Executivo aprovada pela Câmara. Para mitigar divergências sem que o texto tenha que voltar à análise dos deputados, Ferraço propõe que o presidente da República vete as mudanças mais polêmicas. Alguns senadores, no entanto, veem na sugestão uma maneira de impedir o Senado de exercer a competência para melhorar o texto. **4**

Pedro França/Agência Senado — 8/6/2017



Relatório de Ferraço será lido amanhã na CAS, presidida por Marta Suplicy

José Cruz/Agência Senado — 7/10/2013



Kailash Satyarthi apresentará amanhã ação de combate ao trabalho infantil

Nobel da Paz vai participar de debate sobre direito à educação

O vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, o indiano Kailash Satyarthi, é um dos convidados de audiência pública para discutir a Semana de Ação Mundial 2017, uma iniciativa global pelo direito à educação. A audiência também vai marcar o lançamento no Brasil da campanha 100 Milhões por 100 Milhões, movimento internacional de combate ao trabalho infantil e à exclusão escolar,

idealizado por Satyarthi.

Os temas da Semana de Ação neste ano foram o Plano Nacional de Educação e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Em todo o país, mais de mil atividades foram programadas pela campanha em escolas, secretarias e universidades, entre outros espaços de debate da sociedade.

A audiência ocorre amanhã na Comissão de Educação e Cultura. **2**

Projeto agrava pena por mineração não autorizada **3**

Duas comissões mistas de novas MPs serão instaladas

Duas comissões mistas de medidas provisórias serão instaladas amanhã. Uma delas vai analisar a MP 782/2017, que atribui à Secretaria-Geral da Presidência o status de ministério e ao titular da pasta o de ministro.

O outro colegiado avaliará a MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária, uma ampliação de programa criado por outra medida que perdeu a validade em junho. **2**

Colegiado vota texto sobre gastos com ensino **4**

Hidrelétricas poderão ter licença diferenciada **4**

Chacina de sem terra no Pará será discutida hoje **3**

Local específico para dietéticos será votado na quarta **4**

Indicados para Cade e CVM terão sabatina amanhã **3**



A Comissão de Educação, presidida por Lúcia Vânia (D), apoia campanha mundial de mobilização pelo direito à educação

Audiência sobre direito à educação terá Nobel da Paz

Kailash Satyarthi, premiado em 2014, participa de audiência pública que a Comissão de Educação fará amanhã para discutir iniciativa global contra exclusão escolar e combate ao trabalho infantil

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) promove amanhã, às 10h, uma audiência pública para debater a Semana de Ação Mundial 2017, iniciativa global pelo direito à educação, e a campanha 100 Milhões por 100 Milhões, movimento internacional de combate ao trabalho infantil e à exclusão escolar que será lançado oficialmente hoje no Brasil. O vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2014, o indiano Kailash Satyarthi, é um dos convidados do debate.

Autora do requerimento de audiência, Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que a Semana de Ação Mundial 2017 (realizada no Brasil entre os dias 4 e 11 de junho) “é o maior evento internacional de mobilização pelo direito humano à educação”. Os temas da Semana de Ação neste ano foram o Plano Nacional de Educação e os objetivos de

desenvolvimento sustentável, da ONU. Nesta edição, os participantes foram convidados a se engajar também na campanha 100 Milhões por 100 Milhões, idealizada por Satyarthi.

A mobilização no Brasil será relatada na audiência por Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (que coordena a Semana de Ação Mundial no país), e pela estudante Ana Júlia Ribeiro, coordenadora jovem do evento.

Em todo o país, mais de mil atividades foram organizadas pela campanha em escolas e universidades, entre outros espaços de debate da sociedade, argumenta Fátima no requerimento para audiência.

O envolvimento da CE na Semana de Ação Mundial tem o apoio também da presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), e de Cristovam Buarque

(PPS-DF), Ângela Portela (PDT-RR), Regina Sousa (PT-PI) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

Convidados

Também estão convidados, entre outros, o ministro Lelio Bentes Corrêa, do Tribunal Superior do Trabalho; a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira; o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Alessio Costa Lima; o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury; a secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, Maria do Carmo Brant de Carvalho; e representantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Unicef.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar do debate

Duas novas comissões de MPs serão instaladas amanhã

Serão instaladas amanhã as comissões mistas que vão analisar duas medidas provisórias: a MP 782/2017, que atribui à Secretaria-Geral da Presidência o status de ministério, e a MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert).

A Secretaria-Geral da Presidência da República abrange o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), o cerimonial da Presidência e as Secretarias de Comunicação e Administração.

No início de fevereiro, o presidente da República, Michel Te-

mer, havia editado MP sobre o mesmo assunto (MP 768/2017), que perdeu a validade por não ter sido votada no Plenário da Câmara.

A Rede Sustentabilidade ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade contra a MP 782, “tendo em vista as acusações que pesam contra o ministro escolhido pelo presidente da República para ocupar o cargo”. O atual titular da secretaria é o ministro Moreira Franco.

A Rede argumenta que a me-

didada foi reeditada para “burlar” a norma constitucional e evitar que Moreira Franco perdesse a prerrogativa de foro para os processos criminais.

Regulação de tributos

Já a MP 783 substituiu a MP 766/2017 — que criou o Programa de Regularização Tributária (PRT), mas perdeu a vigência em 1º de junho.

Além de modificar o nome do programa, a MP permite incluir débitos até 30 de abril deste ano. Na outra MP o prazo era até 30 de novembro de 2016.

Senadores elogiam decisão do STF sobre cota para negros em concurso

Em vigor há três anos, as cotas para negros em concursos públicos foram nesta semana reconhecidas como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. A Lei 12.990/2014 reserva a afrodescendentes 20% das vagas para cargos e empregos na esfera federal.

Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Regina Sousa (PT-PI), as cotas são importantes para

superar diferenças históricas. — A libertação [dos escravos] chegou sem políticas afirmativas e nossa gente foi para as favelas, sem poder estudar nem ocupar cargos da República.

Paulo Paim (PT-RS) também comemorou a decisão do STF.

—Todos têm que ter espaço para mostrar a sua capacidade e competência. É um salto de qualidade — afirmou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Chacina no Pará

9h A Comissão de Direitos Humanos debate chacina de trabalhadores rurais no Pará.

SESSÃO ESPECIAL Trabalho infantil

10h Comemoração do Dia Mundial do Combate ao Trabalho Infantil.

SESSÃO TEMÁTICA 25 anos da Rio 92

14h Debate sobre os 25 anos da Rio 92 e da Convenção do Clima.

CPI DA PREVIDÊNCIA Sindicistas

14h30 A CPI promove audiência interativa com representantes de entidades sindicais.

IFI Acompanhamento fiscal

15h A Instituição Fiscal Independente divulga o Relatório de Acompanhamento Fiscal de junho.

TERÇA

CI Serviços de esgoto

9h A Comissão de Infraestrutura pode votar o PLS 291/2013, que regula a cobrança dos serviços de esgoto, e mais 8 itens.

CAE Cade e CVM

10h A Comissão de Assuntos Econômicos sabatina indicados para a CVM e o Cade. Na sequência, pauta de 10 itens.

CAS Reforma trabalhista

10h O único item da pauta é o PLC 38/2017, sobre a reforma trabalhista.

CE Semana de Ação Mundial 2017

10h A Comissão de Educação faz audiência sobre a Semana de Ação Mundial, iniciativa pelo direito à educação.

QUARTA

CMA Materiais nucleares

11h30 Um dos 18 itens da pauta da comissão é o projeto que torna obrigatório o rastreamento de materiais nucleares.

MP 773/2017 Relatório

14h30 A comissão mista responsável pela MP, que autoriza estados e municípios a compensar limite constitucional da educação, analisa relatório.

MP 782/2017 Novo ministério

14h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão mista que analisa a MP, que transforma a Secretaria-Geral da Presidência em ministério.

MP 783/2017 Refis

14h40 Eleição de presidente e vice da comissão da MP, sobre o novo Refis.

CDR Ministro das Cidades

9h Audiência com Bruno Araújo, para apresentar as ações para os próximos dois anos.

CTFC Reservatórios de água

9h A comissão tem 9 itens na pauta. Entre eles, projeto que assegura o acesso à informação sobre reservatórios de água.

CCI Educação básica gratuita

10h Na pauta de 37 itens, projeto sobre o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita.

CE Educação de brasileiros no Japão

10h Audiência interativa para debater a educação de filhos de brasileiros no Japão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado:** 0800 612211

• **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV:** senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burle

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenador de Edição: Mikhail Lopes

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado deve votar proposta que torna estupro crime imprescritível

PEC está pronta para votação em 2º turno no Plenário, que também pode avaliar nesta semana, em 1º turno, criação do Simples Municipal

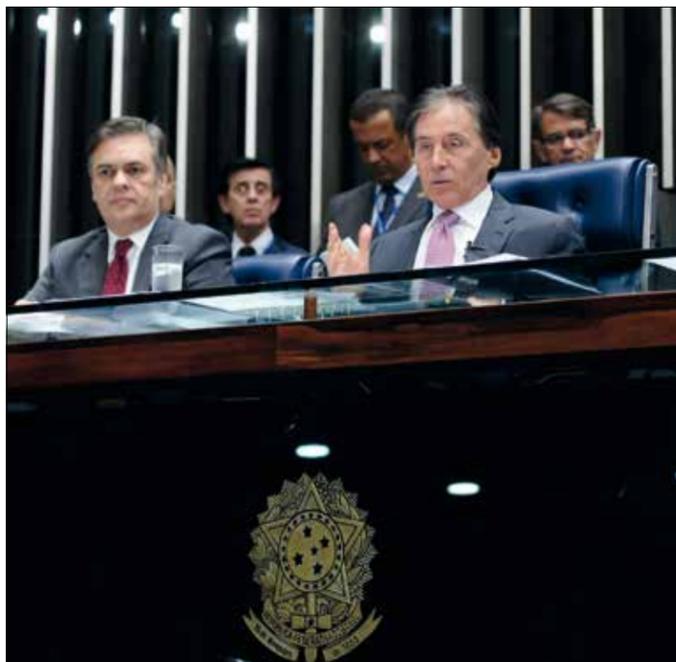
OS SENADORES DEVEM encerrar nesta semana a votação da proposta de emenda à Constituição que inclui o crime de estupro na lista de delitos imprescritíveis e inafiançáveis.

De acordo com a PEC 64/2016, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotará com o passar do tempo e não será possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento em liberdade mediante pagamento de fiança. Hoje o tempo de prescrição pode se estender a até 20 anos.

De Jorge Viana (PT-AC), a PEC foi aprovada em primeiro turno no mês passado, com relatório favorável de Simone Tebet (PMDB-MS), e está pronta para ser votada em segundo turno no Plenário.

Regime simplificado

Também devem ser votadas, mas em primeiro turno, a PEC 77/2015 e a PEC 103/2015. A primeira cria o Simples Municipal, um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios. De An-



Ao lado de Cássio, Eunício Oliveira (D) preside a votação em primeiro turno

tonio Anastasia (PSDB-MG), a PEC flexibiliza normas de prestação de contas e cria um tratamento jurídico especial, para evitar que esses municípios percam o acesso a recursos federais por dificuldades operacionais próprias da sua estrutura administrativa, menos desenvolvida. O relator

é Romero Jucá (PMDB-RR).

A segunda PEC permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). De Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a PEC 103/2015 é relatada por Anastasia.

Na justificativa da proposta,

Cássio afirma que a intenção é conferir ao Congresso um prazo mais elástico para conduzir o processo de elaboração da LDO sem que se tenha, ao final de cada semestre, de votar o tema no “afogadilho” devido ao prazo fixado em mandamento constitucional.

Oitenta anos

Na sessão de quarta-feira, pode ser votado o projeto (PLC 47/2015) que prevê que, entre os idosos, os que têm mais de 80 anos devem ter tratamento prioritário especial nos serviços de saúde, educação, cultura e alimentação.

O autor do projeto, deputado Simão Sessim (PP-RJ), justifica que as pessoas nessa faixa etária têm a mobilidade mais reduzida do que as que estão na faixa dos 60 anos.

Ele destaca o aumento da expectativa de vida no país e a consequente formação de um grupo populacional com vulnerabilidade mais acentuada, que demanda reconhecimento do poder público.

Comissão sabatina indicados para presidir Cade e diretoria da CVM

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sabatina amanhã, a partir das 10h, Alexandre Barreto de Souza, indicado para presidir o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e Mauricio Oscar Bandeira Maia, para conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade. Outro sabatinado será Gustavo Machado Gonzalez, para o cargo de diretor na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Romero Jucá (PMDB-RR) é o relator da indicação ao cargo de presidente do Cade. Souza é bacharel e mestre em administração, com especialização em administração pública, ambos pela Universidade de Brasília (UnB). Auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), trabalhou como assessor técnico cedido ao Congresso em duas CPIs, a do Banestado e a do Futebol.

Com relatoria de Ciro Nogueira (PP-PI), o outro indicado ao Cade também é formado em administração pela UnB. Gonzalez ocupou cargos públicos desde 2012, sendo assessor do Ministério Público junto ao TCU.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é o relator da indicação de Gonzalez, que foi chefe de gabinete da presidência da CVM. Bacharel em direito, pós-graduado em finanças pelo IBMEC e mestre em direito pela Columbia Law School, advoga há 15 anos em áreas como direito societário e mercado de capitais.

Chacina de trabalhadores rurais no Pará é tema de audiência pública

A chacina de dez trabalhadores rurais ocorrida no Pará, no dia 24 de maio, é tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH), hoje, às 9h. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nove homens e uma mulher foram assassinados durante ação policial de reintegração de posse em um acampamento em Pau d'Arco. “A fazenda Santa Lúcia, cená-

rio do massacre, era motivo de disputa entre seu proprietário e trabalhadores sem terra. Desde maio de 2015 havia 150 famílias acampadas no local”, relata Paulo Paim (PT-RS) no requerimento da audiência.

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará afirma que a operação cumpria 16 mandados judiciais e que “os policiais foram recebidos a tiros por um

grupo fortemente armado e que já vinha sendo investigado por diversas ocorrências”.

O senador destacou que esse episódio e a chacina ocorrida em abril em Colniza (MT), quando nove trabalhadores rurais foram mortos e, no mínimo, 20 ficaram feridos, “acendem o alerta para o aumento dos conflitos de terra no Brasil”. Segundo a CPT, em 2016 foram registrados 61 assassinatos em

conflitos no campo e, em 2017, o total de mortes já chega a 36.

Foram convidados para o debate, entre outros, representantes da CPT, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência

Veja na pág. 2 como acompanhar e participar da audiência

Exploração irregular de mineral pode ter pena mais dura

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) analisará amanhã projeto que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a liberação obtida do poder público.

O PLS 63/2017, do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), que preside a CMA, propõe que os infratores, hoje punidos com seis meses a um ano de detenção pela extração ilegal de recursos minerais, passem a receber pena de um a cinco anos de reclusão, mantida a aplicação de multa. Ele justifica o tratamento mais rigoroso argumentando que vem crescendo a extração irregular de areia de vales, rios e matas ciliares.

O autor observa que essa atividade provoca erosão e descompactação do solo, dando origem à desertificação. O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), recomenda a aprovação.

Crime ambiental

A proposta trata do crime previsto no artigo 55 da Lei dos Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998), que consiste em “executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida”.

Uma situação relativamente comum no país é a prática da extração ilegal de recursos minerais, que são classificados, pela Constituição, como bens da União. Em decorrência, a

pesquisa e a lavra dependem de autorização dos órgãos competentes. As irregularidades vão muito além da extração de areia, sendo comuns atividades clandestinas de exploração de recursos nobres, como ouro e diamantes.

Como a matéria é terminativa na comissão, se aprovada deverá seguir para análise na Câmara, a menos que haja recurso para que a votação final no Senado seja em Plenário.

Carga radioativa

Outra matéria em pauta, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 127/2013 torna obrigatória a utilização de mecanismo de rastreamento de carga durante o transporte de materiais nucleares e radioativos. O autor, deputado

Antonio Bulhões (PRB-SP), justifica que a exigência tem o objetivo de diminuir os efeitos de acidentes provocados por furtos, roubos ou extravios durante o transporte.

O relator, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), seguindo o parecer da Comissão de Infraestrutura (CI), adotou um texto substitutivo. Em vez de propor uma lei nova, as modificações passam a alterar uma já existente, a Lei 6.189/1974.

O entendimento foi de que, nos termos da Lei Complementar 95/1998, sobre a elaboração de leis, o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a nova complementa a lei considerada básica. Cristovam também optou por manter a redação da matéria como veio

da Câmara.

O senador observou que, devido ao alto risco dos materiais radioativos, o uso de rastreadores nos veículos de transporte é relevante.

Pauta

Com 18 itens, a pauta inclui o PLS 107/2017, de Hélio José (PMDB-DF), que altera leis sobre o sistema de produção e comercialização de energia para incluir, no ambiente de contratação regulada, processos licitatórios de energia produzida em empreendimentos com mais de uma fonte renovável de geração.

O relator, Roberto Rocha (PSB-MA), recomenda a aprovação, com emendas. A matéria ainda vai ser apreciada pela CI, em decisão terminativa.

Reforma trabalhista: parecer será lido amanhã

O relator, Ricardo Ferraço, apresentará o texto à Comissão de Assuntos Sociais, onde há divergências sobre muitos pontos, em especial em relação à prevalência do acordado sobre o legislado

O FORTE EMBATE entre governo e oposição deverá marcar, mais uma vez, as discussões acerca do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que reforma a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) será lido amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas a oposição já prometeu apresentar textos alternativos.

Mesmo com o fechamento de um acordo sobre a tramitação do projeto nas comissões, não há consenso sobre o teor do texto. Enquanto Ferraço prefere não sugerir alterações e recomendar ao presidente Michel Temer que vete os pontos mais polêmicos, evitando assim o retorno do PLC 38/2017 à Câmara, a posição acredita que o relator está abrindo mão do direito do Senado de melhorar a proposta.

Vetos

Entre os itens a serem vetados, por sugestão de Ferraço, estão a permissão para que gestantes e mães que amamentam possam trabalhar em ambientes insalubres se o médico assim o permitir e a possibilidade de acordo em negociação individual de jornada de 12 horas de trabalho

por 36 horas de descanso, hoje aplicada a algumas categorias profissionais por acordo coletivo.

Um dos eixos principais da reforma é a prevalência do acordado sobre o legislado, que, segundo Ferraço, tornará os contratos mais eficientes, além de melhorar as condições de trabalho. O relator afirma que há um cenário de insegurança jurídica que deve ser combatido:

— A reforma trabalhista tem o objetivo de proteger as leis e a própria Constituição de uma ofensiva de decisões judiciais que invadem a competência do Congresso.

Para Lídice da Mata (PSB-BA), a reforma flexibiliza direitos conquistados ao longo de décadas.

— As propostas do projeto para negociação coletiva, em vez de valorizá-la, vão, na verdade, restringi-la, ao estimular negociações individuais e fragmentadas por empresa e permitir que o piso de direitos seja o teto, o qual, inclusive, pode ser rebaixado.

Imposto sindical

A reforma torna a contribuição sindical facultativa. Hoje o pagamento, que equivale a um dia de trabalho por ano, é obri-



Comissão avaliará sugestão de Ferraço (2º à esq.) de que itens mais polêmicos sejam vetados pelo presidente Michel Temer

gatório e recai sobre todos os empregados, sindicalizados ou não. Segundo Ferraço, a medida vai fortalecer os sindicatos com representatividade. Para Paulo Paim (PT-RS), contudo, o projeto deveria prever outra fonte de financiamento dessas entidades.

Teletrabalho

A regulamentação do trabalho em casa, o chamado teletrabalho, também divide opiniões. Para Ferraço, a falta de regras detalhadas gera insegurança jurídica para 15 milhões de brasileiros que trabalham assim.

— A regulamentação do teletrabalho possibilitará que os brasileiros fiquem menos tempo no trânsito das grandes

idades. Isso significa mais tempo em casa.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) observa, em seu voto em separado, que a proposta não se debruça sobre os custos suportados por aqueles que trabalham em casa e que deveriam ficar na conta do empregador, como a internet, a manutenção do computador e outros instrumentos necessários.

Rescisão

Outro dispositivo que carece de unanimidade é a possibilidade da rescisão do contrato de trabalho de comum acordo entre empregado e empregador, mediante pagamento de metade do aviso prévio. Na opinião de Ferraço, é uma

conquista inquestionável.

— Hoje quem recebe uma oportunidade de emprego melhor e resolve trocar de posto não tem direito ao FGTS nem a indenizações.

Lídice da Mata avalia que é preciso considerar que as relações de poder entre patrão e empregado são assimétricas e o estabelecimento de comum acordo é uma opção que pode significar perdas para o trabalhador. Paulo Paim concorda.

A consulta pública a respeito do projeto de reforma trabalhista continua aberta no e-Cidadania, portal de participação popular do Senado.

Opine sobre a reforma: senado.leg.br/ecidadania

Comissão analisará regime diferenciado de licenciamento ambiental para hidrelétricas

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve votar amanhã, em reunião marcada para as 9h, projeto de lei que cria um regime diferenciado de licenciamento ambiental para o uso de “potenciais hidroenergéticos estratégicos e estruturantes”, como a construção de usinas hidrelétricas.

De autoria do ex-senador Delcídio do Amaral, o projeto (PLS 603/2015) recebeu relatório favorável do senador Wilder Moraes (PP-GO). Depois de passar pela CI, a proposta será votada em caráter terminativo pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto estabelece que todo plano plurianual (PPA) do governo federal deverá incluir o Plano de Expansão da Oferta de Energia Elétrica, que priorizará fontes renováveis de energia. Esse plano de expansão deverá conter as possíveis áreas que poderão ter o potencial hídrico aproveitado para a expansão da oferta de energia. O PPA é o documento que estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.

Cada área listada deverá conter a relação custo-benefício, sob a ótica econômica, ambiental e energética, e uma avaliação inicial dos impactos socio-

ambientais identificados no inventário da bacia hidrográfica, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), incluindo eventual impacto sobre terras indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais. Os potenciais hidroenergéticos ainda não estudados deverão ser inventariados no prazo de dez anos, a contar da data da publicação da futura lei.

Colegiado

O licenciamento ambiental prévio dos empreendimentos que tenham por objetivo aproveitar potenciais hidroenergéticos estratégicos ou estruturantes deverá ser feito para a totalidade da área abrangida. Esse licenciamento prévio será conduzido por um colegiado único de licenciamento, que será composto por representantes do órgão ambiental licenciador, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Ministério da Saúde, em favor da Empresa de Pesquisa Energética ou entidade devidamente autorizada. O licenciamento ambiental desses empreendimentos será prioritário.

Comércio poderá ter de expor produtos dietéticos em gôndolas específicas

Projeto que determina a exposição, em gôndola específica, dos produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e similares está na pauta da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). Na quarta-feira, às 9h, a comissão examina uma pauta com nove propostas.

A intenção do autor do PLS 636/2015, Dário Berger (PMDB-SC), é facilitar o acesso das pessoas com diabetes ou prescrição de dieta especial de baixo teor de açúcar às mercadorias adequadas para seu consumo. A proposta teve relatório favorável de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Outro item da pauta é o PLS 444/2015, apresentado por Jorge Viana (PT-AC). De acordo com a proposta, a população poderá em breve ter acesso a relatórios sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica.

Para o relator, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), com a disponibilização das informações, serão elevados os níveis de transparência e o controle social sobre a gestão dos reservatórios pelos prestadores do serviço.

As duas propostas são terminativas na CTFC, ou seja, se não houver recurso em Plenário, as duas seguem para exame da Câmara dos Deputados.

Relatório de MP que permite compensar gastos com educação será votado amanhã

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 773/2017 se reúne amanhã, às 14h30, para votar o relatório do deputado Gabriel Guimarães (PT-MG).

A MP autoriza estados, Distrito Federal e municípios que não cumpriram o limite constitucional de gastos com educação no ano passado a compensarem a diferença até o final deste ano,

desde que os recursos compensatórios venham da Lei de Repatriação de Ativos (Lei 13.254/2016). Apesar de tratar dos dois tipos de entes federados, o foco da MP são os municípios, onde o problema do não cumprimento do limite foi detectado.

O texto do relator ainda não está disponível. A reunião será na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.